



Efraim chegou a cogitar o uso de “pressão coercitiva” para assegurar o depoimento de Sílvio Pereira



Ideli garante que Lula não apoiava esquema supostamente montado pelo empresário Marcos Valério

Sílvio deve depor amanhã na CPI

Ex-secretário-geral do PT está “regularmente intimado” a comparecer à CPI dos Bingos, segundo informa a Polícia Federal a Efraim Morais. Senadores querem explicações sobre novas denúncias relativas ao mensalão, feitas em entrevista a *O Globo*. **Páginas 4 e 5**

Senadores querem investimento em gás natural no Brasil

Página 7

Serys sugere usar MP para aumentar dinheiro dos municípios

Página 6

Lúcia Vânia propõe audiência com produtores rurais

Página 8

Conselho defende um pacto pela educação no Brasil

O debate de um pacto social com o objetivo de reduzir gradativamente os índices negativos da educação no Brasil foi proposto ontem pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso. O CCS quer envolver na discussão representantes de vários segmentos da sociedade. **Página 8**



Conselho de Comunicação discute propostas capazes de ajudar 60 milhões de brasileiros semi-alfabetizados

Renan pede a Tuma que acompanhe investigações

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma, vai acompanhar as investigações da Polícia Federal na Operação Sanguessuga, que apura desvio de recursos do Orçamento da União. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O assunto foi analisado também por Antonio Carlos Magalhães, que voltou a defender sua proposta que torna impositivo o Orçamento da União. **Página 3**

Projeto em tramitação na CCJ visa eliminar lacuna legal que tem beneficiado o infrator, explica o parlamentar

Paim quer mudar lei ambiental para acabar com a impunidade

Aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera a Lei 9.605/98 para reorganizar o procedimento de instauração e tramitação de processo destinado a punir quem comete crime ambiental. O parlamentar identificou nessa lei lacunas e incoerências que, em sua avaliação, propiciam a impunidade do infrator.

Na justificativa da proposta (PLS 271/04), Paim apresenta a situação hipotética de um fiscal que autue um infrator no interior do país. Se o auto for lavrado dez dias depois, como permite a lei, a partir dessa última data começa a contagem legal de 30 dias para ser julgada a infração. Porém, o prazo da defesa do infrator começa a contar não a partir do dia da autuação, mas do momento em que ele tiver conhecimento dela. Portanto, se ele agir de má-fé, poderá esquivar-se de conhecer oficialmente a autuação durante meses.

Apesar disso, argumenta o senador, a autoridade competente tem que agir dentro do prazo de 30 dias contados a partir da lavratura da autuação. Com isso, não é raro o julgamento ocorrer antes da apresentação da defesa. De acordo com Paim, o infrator ainda pode ingressar no Judiciário, alegando intempestividade



Jone Araújo

Proposta de Paulo Paim altera seqüência processual sem restringir direito de defesa

no julgamento ou cerceamento do seu direito de defesa.

– Com isso, a ação dos fiscais fica inócua e o meio ambiente penalizado diante da impunidade do infrator, que acaba por ser incentivado à prática de outros crimes ambientais – observou o parlamentar.

Em defesa do projeto, Paim diz que seu único propósito é a reorganização dos procedimentos processuais na lei ambiental, adequando-os seqüencialmente às regras gerais, a fim de coibir a má-fé e fechar a lacuna legal que beneficia o infrator. Ele sublinha que seu projeto propicia um processo regular no caso de crime ambiental, sem deixar de garantir o amplo direito de defesa de quem comete a infração.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário deve votar MP que reajusta tabela do Imposto de Renda

Cinco propostas trancam a pauta de votações do Plenário, que tem sessão às 14h. Entre elas, a medida provisória que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e a que isenta de contribuição do Imposto de Renda e da CPMF os títulos públicos adquiridos por estrangeiros.

Ministro discute na CRE crise entre Brasil e Bolívia

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (foto), discute a crise deflagrada pela decisão do governo boliviano de nacionalizar a exploração de petróleo e de gás natural na Bolívia, país onde foram feitos importantes investimentos da Petrobras. Ele



vai ser ouvido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) às 9h30. Há preocupações acerca do aumento do preço do gás importado pelo Brasil, da perda dos investimentos da Petrobras e de uma possível crise no abastecimento.

Assuntos Econômicos sabatina indicados para o Banco Central

As indicações de Mário Magalhães Batista e de Paulo Vieira da Cunha para assumir diretorias do Banco Central fazem parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 9h30. Eles serão sabatinados pelos senadores, que decidem sobre as

nomeações em votação secreta. Na segunda parte do encontro, os senadores retomam a análise da pauta de propostas, entre elas a que impede o Executivo de bloquear parte dos recursos previstos pelo Orçamento, prática conhecida como contingenciamento.

Educação pode mudar direito de resposta na imprensa

Está em votação na Comissão de Educação (CE), que realiza reunião hoje, às 11h, projeto que regulamenta o direito de resposta

na imprensa. A proposta determina que a resposta seja publicada na mesma página, com o mesmo tamanho e na mesma tipografia

da denúncia inicial, pelo mesmo número de edições da ofensa e no mesmo dia da semana em que tenha sido publicada.

Bingos toma depoimento do Comendador

A CPI dos Bingos manda delegação a Cuiabá para ouvir João Arcanjo. Há especulações de que o Comendador pode estar envolvido com o assassinato do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel. A comissão também toma, às 10h30,

o depoimento do presidente da Federação Brasileira de Bingos, Carlos Eduardo Canto, para investigar supostas ligações dos jogos com o crime organizado. Está confirmado para amanhã o depoimento do ex-secretário-geral do PT Sílvia Pereira.



Subcomissão discute pirataria

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia reúne-se hoje para votar requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP) e Paulo Paim (PT-RS) solicitando audiências públicas para tratar da pirataria na indústria audiovisual. O requerimento já foi aprovado pela Subcomissão de Cinema, que deve participar dos debates.

Seguro-desemprego para pescadores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) tem reunião marcada para as 11h30. Entre as matérias em votação está o projeto que concede seguro-desemprego aos pescadores artesanais, nas épocas em que a pesca é proibida visando à reprodução dos peixes.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interrina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Alvaro Dias, Luiz Otávio e Roberto Saturnino e pela senadora Serys Shlessarenko

Veículos de transporte de carga poderão ter isenção de IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos automotores de peso, com carga máxima superior a cinco toneladas, desde que destinados exclusivamente ao transporte de mercadorias e cargas.

Em sua justificativa, Lúcia Vânia argumenta que a isenção do IPI trará benefícios como a renovação da frota e mais segurança nas estradas.

Para o relator, Arthur Virgílio (PSDB-AM), o PLS 278/04 é meritório, mas precisa ser adequado às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, por implicar renúncia fiscal. Assim, ele incluiu emenda para exigir que a isenção seja estimada pelo governo e incluída no projeto de lei orçamentária.

A CAE examina ainda o PLS 249/04, que altera a legislação de Imposto de Renda Pessoa Física para permitir a dedução de despesas com doações a instituições filantrópicas. Para o autor, senador Edison Lobão (PFL-MA), não faz sentido permitir essa dedução para pessoas jurídicas e impedi-la a pessoas físicas.

Em seu parecer favorável, Mão Santa (PMDB-PI) chama a atenção para o fato de o projeto não representar aumento de renúncia fiscal, uma vez que a dedução fará parte do atual patamar de 6% do valor do imposto devido dedutível por contribuinte.

Segundo o relator, o projeto apenas amplia o leque de doações dedutíveis, que inclui os fundos em benefício da criança e do adolescente e as atividades ligadas à cultura e ao audiovisual, acrescentando entidades filantrópicas como as Santas Casas.



CAE examina projeto que prevê dedução do IRPF em doações a instituição filantrópica

Assuntos Econômicos analisa nomes para diretorias do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina, na primeira parte de sua reunião de hoje, a mensagem presidencial que indica o nome do economista Mário Magalhães Carvalho Mesquita para o cargo de diretor de Estudos Especiais do Banco Central. Em seu parecer favorável à indicação, Ana Júlia Carepa (PT-PA) destaca que o economista, de 40 anos de idade, possui qualificação acadêmica e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo.

Antes de sua indicação, Mário Carvalho Mesquita estava exercendo o cargo de diretor setorial de Economia da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), bem como o de economista-chefe para a América Latina do Banco Real ABN Amro, cargo que ocupava desde abril de 2005.

A CAE examina também a mensagem presidencial indican-

do o economista Paulo Vieira da Cunha para exercer o cargo de diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, em substituição a Alexandre Schwartzman. Paulo Vieira da Cunha nasceu em São Paulo (SP), em 1948, e, antes de sua indicação, exercia o cargo de diretor-gerente do banco HSBC, em New York (EUA), na posição de chefe de pesquisa e principal economista para a América Latina, onde gerenciava grupo regional de 12 pessoas, com responsabilidade pela análise da situação do Brasil.

O economista também atua como professor visitante do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Escola de Assuntos Públicos Internacionais (Sipa), da Columbia University de New York (EUA), onde se ocupa do ensino e pesquisa em macroeconomia aplicada, com enfoque no Brasil e no México.

Senado adotará medidas se investigação da Polícia Federal comprovar envolvimento de parlamentares no desvio de recursos do Orçamento na compra de ambulância

Corregedoria deve acompanhar Operação Sanguessuga, diz Renan

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse ontem que vai determinar ao corregedor-geral do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP), que acompanhe as investigações da Polícia Federal (PF) na chamada Operação Sanguessuga. A PF está apurando desvios de recursos do Orçamento

Geral da União na compra de ambulâncias e o possível envolvimento de parlamentares nesse esquema de corrupção. Renan explicou que, somente a partir



Renan também informa que CPI ouvirá amanhã Sílvio Pereira

dessas apurações, será possível tomar as medidas cabíveis na situação.

Em relação às revelações do ex-secretário-geral do Partido dos

Trabalhadores (PT) Sílvio Pereira, em entrevista publicada no domingo pelo jornal *O Globo*, o presidente do Senado disse que um depoimento já está marcado para amanhã, na CPI dos Bingos.

– Fatos novos sobre investigação já feita devem ser enviados para os canais competentes, que são a Polícia Federal, o Ministério Público e o

Poder Judiciário, porque isso ajuda no esclarecimento e na responsabilização das pessoas envolvidas – afirmou Renan Calheiros.

Machado divulga emendas para saúde de 2004 a 2006

O deputado Gilmar Machado (PT-MG), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), afirmou que não dispõe de uma lista com nomes de parlamentares que teriam feito emendas com a finalidade de repassar dinheiro a prefeituras para compra de ambulâncias. Ele pretende divulgar hoje, às 17h, a lista de todos os parlamentares que fizeram emendas para a área de saúde em 2004, 2005 e 2006.

Gilmar Machado disse que não divulgará nenhuma lista com parlamentares suspeitos ou envolvidos em irregularidades. Ele esclareceu que a lista de 135 parlamentares, mencionada nos últimos dias pela imprensa, não foi preparada pela Comissão de Orçamento. O objetivo do deputado, ao divulgar uma relação com as emendas que os parlamentares fizeram na área de saúde, é garantir transparência por parte da CMO e ajudar a Polícia Federal em suas investigações.

O deputado reafirmou que pretende dar total apoio às investigações da Polícia Federal na chamada Operação Sanguessuga, que levou à prisão 47 pessoas, entre elas dois ex-deputados. No entanto, ponderou Gilmar Machado, a Comissão Mista de Orçamento “só pode fiscalizar, e não investigar”.

ACM quer orçamento impositivo para recuperar autoridade do Congresso

Ao criticar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu pressa na apreciação da proposta de emenda à Constituição de sua autoria que institui o chamado orçamento impositivo (PEC 22/00). Para o senador, a medida seria uma forma de retomar a autoridade do Congresso.

– Nunca estivemos tão próximos de perder os pilares indispensáveis a uma República séria e a um governo honesto. Os fatos exigem providências drásticas – afirmou o parlamentar.

A proposta de Antonio Carlos prevê a obrigatoriedade de se executar a programação da Lei Orçamentária Anual. Ele defende ainda a extinção da Comissão Mista de Orçamento e a criação, em seu lugar, do que ele chamou de “algo extrapartidário”, que inviabilizasse a utilização política das emendas.

– Dentro do nosso meio, existem comparsas, e os membros da comissão são sempre os mesmos. É preciso acabar com isso. Do contrário, seria melhor que o Congresso estivesse fechado – protestou.

Para o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), o fato de alguns deterem o “arbitrio sobre os critérios de liberação dos recursos” é prova da fragilidade das instituições no



Antonio Carlos defende mudanças na estrutura da Comissão de Orçamento

Brasil. José Agripino (PFL-RN), Almeida Lima (PMDB-SE) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordaram com a necessidade da urgência de mudança no modelo de análise e execução da peça orçamentária.

Renan Calheiros, presidente da Casa, também se manifestou.

– Estamos vivendo um grande momento para a depuração das nossas instituições, e precisamos analisar as mudanças que dizem respeito ao Orçamento, sob pena de apequenarmos o Poder que integramos. É preciso tornar o processo mais transparente. É o que a sociedade cobra – observou.

Antonio Carlos também registrou a reunião da Ordem dos Advogados do Brasil de ontem, em que se discutiu o *impeachment* do presidente Lula, mas lamentou que a proposta tenha sido derrotada.

Depoimento do ex-secretário-geral do PT à CPI dos Bingos, visando esclarecer declarações de que Valério pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão, é marcado para amanhã

Polícia localiza Sílvio Pereira e o intima a depor na CPI dos Bingos

O ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira deverá depor na CPI dos Bingos amanhã. O presidente da CPI, senador Efraim Morais (PFL-PB), disse que, se o ex-dirigente do PT não atender à convocação para prestar esclarecimentos sobre suas declarações ao jornal *O Globo*, publicadas no último domingo, poderá ser preso.

Na entrevista, Sílvio garantiu que o empresário Marcos Valério pretendia arrecadar R\$ 1 bilhão com o PT no governo, e que o presidente Lula, os então deputados José Dirceu e José Genoino, e o senador Aloizio Mercadante (SP) “mandavam no partido”.

Efraim encaminhou ontem notificação de convocação a Sílvio Pereira, por intermédio da Polícia Federal. Às 19h, a PF informou que o ex-secretário foi devidamente intimado.

Preventivamente, o senador já havia solicitado à assessoria da CPI que preparasse medidas de natureza jurídica e administrativa necessárias a uma eventual convocação do ex-secretário do PT por meio da força.

– Ele já está convocado desde outubro do ano passado. Se não fosse encontrado, estaria tentando



Efraim: Sílvio Pereira relacionou-se por muitos anos com a cúpula do PT

desmoralizar a Polícia Federal – afirmou Efraim.

Em 4 de outubro de 2005 foi aprovado requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP) convocando para depor o ex-secretário do PT, acusado na época de receber de presente, do dono da empresa GDK (que tinha contratos com a Petrobras), um veículo Land Rover. O depoimento foi marcado para 9 de novembro, mas os advogados de Sílvio obtiveram junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) liminar para que ele não comparecesse, sob a alegação de que não fora intimado em tempo hábil. Efraim disse não acreditar que agora o STF vá conceder

liminar ao ex-dirigente.

– Ele deu uma série de informações importantes ao jornal *O Globo*, e não pode deixar de falar a um dos poderes da República. Na condição de ex-secretário, ele está apto a explicar dúvidas ligadas ao financiamento das campanhas eleitorais do partido.

Em aparte, o Líder do PFL, José Agripino (RN), lembrou que Rogério Buratti, assessor do ex-ministro Antonio Palocci, contou que o PT recebeu recursos dos bingueiros. Isso jogaria por terra uma possível alegação de que o depoimento de Sílvio Pereira fugiria do fato determinado em investigação pela comissão.

Efraim Morais procurou deixar bem clara a conexão entre os dirigentes do PT e o ex-secretário do partido, que foi recentemente chamado pelo presidente do partido, Ricardo Berzoini, de “traidor”. O senador pelo PFL lembrou que Sílvio Pereira relacionou-se durante muitos anos com a cúpula do PT, tendo sido designado para negociar cargos no governo. Em imagens gravadas para filmes sobre Lula, o ex-dirigente aparece próximo do presidente da República, de acordo com o senador.

Marcos Valério pode ser convocado pela comissão

Efraim Morais, presidente da CPI dos Bingos, informou em entrevista à imprensa que na reunião de hoje, às 11h, um membro da comissão deve apresentar requerimento convocando o empresário Marcos Valério para depor.

O senador disse considerar necessária a convocação de Valério. Na opinião de Efraim, o empresário deverá esclarecer as recentes acusações, feitas pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, de que tinha planos de arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão durante o governo Lula. Efraim acredita que o requerimento de convocação poderá ser aprovado ainda nesta semana.

O presidente da CPI admitiu que esses “fatos novos” podem atrasar a apresentação do relatório final, marcada para 5 de junho pelo relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Efraim avalia que a comissão poderá encerrar os trabalhos em 24 de junho, como

agendado inicialmente.

Os últimos episódios não irão alterar, porém, a agenda dos trabalhos da comissão esta semana. Foi mantido para hoje o depoimento do presidente da Federação Brasileira dos Bingos (Febrabingo), Carlos Eduardo Canto.

Também hoje, um grupo formado por cinco senadores viaja para Cuiabá com o objetivo de ouvir João Arcanjo Ribeiro, o Comendador, suspeito de ter participado da trama que culminou com o assassinato do então prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, do PT, crime ocorrido em janeiro de 2002 e que está sendo investigado pela comissão. Na última sexta-feira, Arcanjo entrou com pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal para que tenha o direito de permanecer em silêncio durante o depoimento. A decisão do tribunal está sendo aguardada pelo colegiado.

Ex-policial civil, Arcanjo será

interrogado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Wellington Salgado (PMDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Sibá Machado (PT-AC) e Leomar Quintanilha (PCdoB-TO). Às 9h, o grupo se encontra com o juiz Marco Alves Tavares, na sede da Justiça Federal de Mato Grosso, em Cuiabá. De lá, os senadores seguem para a Penitenciária Regional Pascoal Ramos, para tomarem o depoimento. Apontado como chefe do crime organizado em Mato Grosso, João Arcanjo Ribeiro está condenado a 37 anos de prisão por homicídio, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

É provável que esta semana a CPI também vote o requerimento que solicita a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o que pede a convocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso.

Agripino diz que Lula deveria comparecer ao Congresso

Se o ex-secretário geral do PT Sílvio Pereira não comparecer à CPI dos Bingos e contar o que sabe sobre o suposto esquema montado para arrecadar R\$ 1 bilhão visando viabilizar a permanência do PT no poder, o presidente Lula poderá ser convidado a falar sobre o assunto no Congresso. Foi o que disse o senador José Agripino (PFL-RN), em pronunciamento ontem.

Na entrevista publicada na edição dominical do jornal *O Globo*, Sílvio Pereira revelou que o dinheiro seria arrecadado junto aos bancos Econômico, Mercantil de Pernambuco e Opportunity e por meio de operações com passivos na área de agropecuária. O ex-secretário acrescentou que “há cem Marcos Valérios por trás do Marcos Valério” e que o esquema pode não ter sido interrompido.

Agripino endossou sugestão feita por Eduardo Suplicy (PT-SP) em entrevista à revista *IstoÉ* defendendo a vinda do presidente Lula ao Congresso para explicar



Agripino: se Sílvio Pereira não comparecer à CPI dos Bingos, Lula pode ser convidado

as declarações de Sílvio Pereira. Suplicy declarou na entrevista que o presidente da República deveria se colocar à disposição dos deputados e senadores para o diálogo.

– Se o presidente Lula é o que quer aparentar ser, o homem que não tem culpa no cartório, que é o papaizão dos pobres, o homem sem culpa, que foi traído, que ele venha dar as explicações. Se ele tem argumentos, por que não atende à sugestão de Suplicy? – questionou Agripino.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) opinou que, “além dos enigmas que precisam ser explicados”, os documentos que Sílvio Pereira desistiu de entregar ao jornal *O Globo* precisam aparecer.

Alvaro quer saber por que “República cairia” com revelação

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira tem a obrigação de esclarecer perante a CPI dos Bingos por que declarou ao jornal *O Globo* que, se Marcos Valério falasse o que sabe sobre o escândalo do mensalão, a República cairia.

De acordo com o parlamentar, a entrevista ao jornal confirma as apurações feitas pela CPI dos Correios e a denúncia oferecida ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Esta se refere a uma “quadrilha” que teria loteado o Estado com vistas a um projeto de poder de longo prazo.

– Ora, não foi o que disse o Silvinho? Que Marcos Valério e o PT pretendiam arrecadar R\$ 1 bilhão para um projeto de longo prazo? – questionou Alvaro.

O senador comentou que, se Marcos Valério agiu em conjunto com os “donos do poder” no PT, o presidente sabia tudo.



Para Alvaro, se Valério agia em conjunto com donos do PT, Lula sabia de tudo

– O Sílvio Pereira diz que só cumpria ordens – observou.

O parlamentar, entretanto, acha que é tarde para se encaminhar o *impeachment* de Lula, uma vez que o calendário eleitoral próximo vai tornar exíguos os prazos para o encaminhamento do processo e para a defesa. Alvaro acha que a Ordem dos Advogados do Brasil deveria ter examinado a questão antes, quando Duda Mendonça falou à CPI dos Correios.

Mas, lembrando que a OAB optou por enviar denúncia-crime contra Lula ao Ministério Público, o senador disse acreditar que há possibilidade de Lula ser cassado num eventual segundo mandato, como ocorreu com Richard Nixon, nos Estados Unidos.

Enquanto líder do PT afirma que ex-secretário-geral do partido isentou Lula, Virgílio diz que ex-petista deve prestar esclarecimentos à CPI dos Bingos

Para Ideli, Marcos Valério não era acobertado pelo governo

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, afirmou ontem que o esquema de arrecadação de verbas junto à administração pública montado pelo publicitário Marcos Valério não contava com o apoio do presidente Lula. O assunto voltou à tona nesse fim de semana, quando o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira declarou à imprensa que Valério tinha planos de arrecadar R\$ 1 bilhão com o PT no governo.

– As palavras de Sílvio são contundentes no sentido de eximir Lula de qualquer responsabilidade sobre a situação. O que Marcos Valério desejava não teve acolhida. Houve, na verdade, ações do governo contrárias aos seus interesses – disse a senadora.

As ações a que Ideli se referiu são processos que, segundo ela, a União teria movido contra as empresas de Valério antes do escândalo do mensalão. De acordo com a parlamentar, em 2003 teria sido cobrada uma dívida de R\$ 64



Segundo Ideli, "o que Marcos Valério queria não teve acolhida no governo"

milhões em créditos tributários e multas da DNA Propaganda, uma das agências do publicitário. Em 2004, a SMP&B, outra empresa de Valério, teria sido processada por crime contra a ordem tributária.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) criticou Ideli por usar as palavras de Silvinho para defender Lula, quando, anteriormente, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, havia afirmado que o ex-secretário teria "enlouquecido". Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou os argumentos da líder.

Iris defende nova cruzada em favor da ética no país

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), que assumiu ontem a vaga do senador licenciado Maguito Vilela (PMDB-GO), afirmou que a entrevista do ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira deve provocar uma nova "cruzada" em defesa da ética no país, já que ele insinua que o esquema do empresário Marcos Valério continuaria funcionando.

– O ferimento aprofundou-se. É um câncer, uma doença crônica, um tiro no peito de um país que não conseguiu apartar de seus agentes públicos a tentação pelos desvios fáceis.

Iris observou que, com o R\$ 1 bilhão que o PT, nas palavras de Sílvio Pereira, pretendia angariar em esquemas fraudulentos, seria possível combater a desnutrição infantil ou socorrer os abrigos



Iris de Araújo afirma que com R\$ 1 bi seria possível combater desnutrição infantil

para idosos que passam por dificuldades em todo o país.

Iris também se disse chocada com a passividade do governo brasileiro diante da atitude da Bolívia de nacionalizar a produção de petróleo e gás e ocupar as refinarias da Petrobras naquele país. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) felicitaram Iris de Araújo.

Mão Santa destaca convívio de Lula com ex-secretário

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que não iria "bater em Lula" porque Sílvio Pereira já o teria feito. Mão Santa fazia referência à entrevista de Sílvio Pereira ao jornal *O Globo*, no último domingo, detalhando o esquema do Valerioduto e do PT e as fontes de arrecadação de recursos.

– É cúmplice. Não é um ano. São dez, 20 anos; é muita intimidade – disse o parlamentar, referindo-se ao longo convívio entre o presidente da República e Sílvio Pereira.

Homenagem

Mão Santa homenageou o jurista e ex-deputado federal pelo PDC, Celso Barros, cassado pela ditadura militar em 1964. O senador registrou a homenagem que a OAB – seção Piauí prestou ontem ao jurista, no Centro Cultural Evandro Lins e Silva, em Teresina.

Mão Santa relatou episódio de 1972, quando o então candidato do PMDB, Elias Ximenes do Prado, ganhou as eleições para a prefeitura de Parnaíba, e o governo militar tentou impedir a posse. Segundo o parlamentar, Celso Barros redigiu, em plena ditadura, um telegrama, em termos duros, denunciando à Câmara dos Deputados e até mesmo a órgãos internacionais a tentativa de impedir a posse do prefeito.



Mão Santa aponta intimidade de Lula com ex-secretário-geral do PT

Quem ameaça Sílvio Pereira?, questiona Arthur Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), questionou em Plenário quais são as pessoas que o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira teme a ponto de sentir sua vida ameaçada. Para o senador, o ex-petista deve comparecer à CPI dos Bingos e revelar tudo o que sabe, pois essa seria a melhor forma de acabar com as ameaças.

– Por que ele disse que iriam matá-lo? Ou ele supõe isso, ou sabe de algum caso concreto que tenha acontecido ou ele foi ameaçado diretamente. Neste caso, por quem?

Arthur Virgílio afirmou também que existem razões jurídicas suficientes para que seja proposto o afastamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele admitiu, no entanto, que não há clamor popular ou caos institucional que ensejem tal medida. O senador também aprovou a atitude da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que decidiu pedir ao Ministério Público que investigue o



Arthur Virgílio quer saber por que ex-petista disse que iriam matá-lo

presidente por crime de responsabilidade.

Ao comentar os temores de Sílvio Pereira, o senador José Agripino (PFL-RN) questionou se seria hábito do PT eliminar as pessoas que não seguem sua cartilha. O senador Efraim Moraes (PFL-PB) ironizou a reação de dirigentes petistas, que tentaram desqualificar o ex-secretário-geral do partido. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) concordou que Sílvio Pereira ainda tem muito a explicar em razão das contradições em sua entrevista.

Almeida Lima classifica de "farsa" a entrevista

Almeida Lima (PMDB-SE) classificou de farsa a entrevista de Sílvio Pereira. Ele lembrou que o jornal fez uma chamada no sábado anunciando uma entrevista bombástica, na qual Pereira falaria sobre nomes envolvidos nas apurações de corrupção do PT e do governo Lula. Segundo o senador, nada do que foi prometido pela editoria de *O Globo* foi publicado.

– Nem um nome secreto que seria uma revelação, pelo fato de o próprio Duda Mendonça tê-lo poupado nos seus depoimentos, foi citado. Cadê esse nome? – indagou o senador, cobrando do jornal uma entrevista conforme foi anunciada.

– Eu esperava um libelo acusatório na entrevista, mas esbarrei numa defesa mambembe de todos



Almeida Lima diz que esbarrou "numa defesa mambembe de todos envolvidos"

os envolvidos até agora, inclusive Sílvio Pereira, que negou até que as apurações que chegaram à camionete Land Rover que ele ganhou de presente não eram do seu conhecimento – acrescentou.

Almeida Lima disse ter considerado a entrevista uma manobra diversionista e cobrou do jornal uma postura mais profissional em relação a uma matéria de tal seriedade.

Alvaro lembra que OAB encaminhou denúncia-crime

O líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que "são justificáveis" as razões que levaram ontem a OAB a rejeitar a proposta de um processo de *impeachment* do presidente Lula. Mas o senador destacou que, na mesma sessão, a OAB aprovou o

encaminhamento de uma denúncia-crime ao procurador-geral da República, solicitando o aprofundamento das investigações contra o presidente.

Alvaro concordou com os argumentos da OAB para não instaurar um processo de *impe-*

achment: a ausência de "clamor popular" pelo afastamento de Lula e o fato de a Câmara – a quem seria encaminhado o pedido de *impeachment* – já ter absolvido diversos parlamentares acusados de participar do "esquema do mensalão", o que

indicaria sua falta de disposição para aprovar o afastamento do presidente da República.

– Mas o fato de não termos condições políticas para instaurar um processo de *impeachment* não nos desobriga de defender o indiciamento de Lula – disse.

Senadora ressalta que maior arrecadação é reivindicada por prefeitos, responsáveis por atender às necessidades emergenciais da maioria dos 5.564 municípios brasileiros

Serys propõe edição de medida provisória para aumentar o FPM

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propôs ontem que, em face das necessidades emergenciais comuns à maioria dos 5.564 municípios brasileiros e da demora na tramitação, na Câmara dos Deputados, do projeto que aumenta em 1 ponto percentual a parcela da arrecadação federal que compõe o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva edite imediatamente medida provisória instituindo esse aumento.

Serys ressaltou que, ao reunir cerca de três mil prefeitos, no final do mês passado, na Nova Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, os chefes dos executivos deram um exemplo



Serys lembra que promessa foi feita por Lula e pelos presidentes da Câmara e do Senado

importante para o conjunto da população. A senadora lembrou que o aumento da arrecadação do FPM foi uma das bandeiras defendidas pelos prefeitos.

– A promessa feita pelo presidente da República e reprisada pelos presidentes do Senado [onde a matéria já foi aprovada] e da Câmara dos Deputados não pode ficar como meras palavras ao vento – destacou a representante de Mato Grosso.

Denúncia

Serys Slhessarenko voltou a denunciar que a reforma agrária continua a ser “um caso de polícia” em Mato Grosso e protestou contra o governador Blairo Maggi que, segundo ela, autorizou, recentemente, a polícia estadual a realizar mais um despejo, de forma arbitrária.

Ideli destaca regulamentação de centrais sindicais

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), registrou em Plenário a edição de medida provisória, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com vistas à regulamentação das centrais sindicais brasileiras, em solenidade no Palácio do Planalto na manhã de ontem.

Ideli anunciou também o envio, pelo presidente, ao Congresso Nacional, de projeto de lei propondo a regulamentação das cooperativas de trabalho. Na sua avaliação, a proposta visa eliminar “relações subumanas e condições precárias de trabalho” existentes entre os trabalhadores

vinculados a essas entidades.

Ideli se disse satisfeita com a regulamentação das centrais sindicais, especialmente por seu passado de líder sindical à frente da Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina. Ideli destacou que essa regulamentação figura entre as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas que poucos países a implementaram até agora.

CNRT

A líder petista anunciou ainda que, no mesmo ato, o presidente Lula tornou oficial o Conselho Nacional das Relações de Tra-

balho (CNRT), o que, segundo ela, é importante, na medida em que oficializa um espaço de negociação permanente entre empregadores e trabalhadores para solução de impasses nas relações de trabalho.

Ideli aproveitou a oportunidade para saudar a vitória de seu colega de partido, senador Aloizio Mercadante (SP), nas prévias do Partido dos Trabalhadores em que foi escolhido o candidato ao governo de São Paulo.

– Sentiremos sua falta por conta da tarefa. Apesar de muito disputada, sua vitória foi merecida – assinalou.

Papaléo quer voto aberto em cassações

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem, em Plenário, o fim do voto secreto dos congressistas nas votações de cassação de mandato. Ele leu artigo escrito pelo juiz da comarca de Macapá (AP), Rui Guilherme Vasconcellos de Souza Filho, intitulado “Quando o anonimato é traição”, no qual são debatidas as situações em que o uso do anonimato



Papaléo Paes leu artigo intitulado “Quando o anonimato é traição”

pode ou não ser justo e adequado.

Para o magistrado, em determinadas ocasiões, os votos dos deputados e senadores não podem ser protegidos por

sigilo. O texto sustenta que o parlamentar exerce um mandato que lhe é conferido pelo povo, o qual “espera que o outorgado cumpra a vontade dele, outorgante; ou, no mínimo, que deixe o povo saber, com toda clareza e honestidade, qual a posição que ele, parlamentar, assumiu ao votar matéria de interesse público”.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apoiou a idéia e afirmou que o voto secreto para decidir pela cassação ou não de um parlamentar “é uma blindagem para aqueles que são coniventes com a corrupção”.

Senadores lamentam a morte do ex-ministro Aluizio Alves

O Senado aprovou voto de pesar, proposto pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM), pela morte de Aluizio Alves, ocorrida em Natal no sábado passado. Ex-ministro, ex-governador e ex-parlamentar, o jornalista Aluizio Alves, que estava internado desde a quarta-feira passada, morreu, aos 84 anos, de falência múltipla dos órgãos. O enterro ocorreu no último domingo, com as presenças do presidente do Senado, Renan Calheiros, e dos senadores Efraim Morais (PFL-PB), José Agripino, Fernando Bezerra (PTB-RN) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que era seu sobrinho.

– Tomei a iniciativa de apresentar o requerimento de voto de

pesar com a autoridade de quem quase a vida toda foi seu adversário – afirmou Agripino.

Já Arthur Virgílio disse que admirava no ex-ministro suas qualidades de parlamentar talentoso, construtor de realidades, jornalista polêmico e pela sua capacidade de articulação. Por sua vez, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que, quando governou o Piauí, condecorou Aluizio Alves com a principal comenda daquele estado: a Grã Cruz Renascença.

Heráclito Fortes (PFL-PI) testemunhou que conviveu com Aluizio Alves durante o período de construção da Nova República. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a “liderança indiscutível” construída pelo político.

Em nome da família, Garibaldi Alves agradece homenagens

Em nome dos familiares do ex-ministro Aluizio Alves, o senador Garibaldi Alves Filho, sobrinho do político potiguar que morreu no último sábado, agradeceu aos senadores José Agripino e Arthur Virgílio pelos votos de pesar que apresentaram e também ao povo potiguar pela homenagem prestada no enterro de Aluizio, ocorrido no domingo.

– A exemplo do que fazia nas campanhas eleitorais memoráveis de Aluizio, o povo potiguar voltou às ruas para homenageá-lo durante o cortejo fúnebre, levando os símbolos de sua campanha: os lenços verdes e os galhos de árvore.

O senador destacou o que considera principais qualidades do ex-ministro, como a capacidade de se comunicar com o povo, a liderança que exerceu na política estadual durante vários anos, o talento como jornalista e as realizações que fez como governador



Garibaldi: povo do Rio Grande do Norte homenageou Aluizio durante cortejo

do Rio Grande do Norte.

Aluizio Alves também foi deputado federal por quatro legislaturas, ministro da Administração no governo José Sarney e da Integração Nacional nomeado por Itamar Franco. Quando ocupou este cargo trabalhou para viabilizar a transposição das águas do rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

Antonio Carlos Valadares anuncia título para José Eduardo Dutra

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou a homenagem prestada pela Câmara Municipal de Estância, a 68 quilômetros de Aracaju, ao ex-senador e ex-presidente da Petrobras José Eduardo Dutra, que recebeu o título de cidadão do município, oferecido por sugestão do ex-vereador José Domingos.

– Apesar de Dutra não estar

em cargo político, recebe o carinho e a solidariedade do sergipano pelos seus méritos.

Além de reunir autoridades das mais diversas tendências políticas do estado, como o ex-prefeito de Aracaju Marcelo Déda e o ex-governador Albano Franco, o evento marcou a inauguração da nova sede do legislativo do município de Estância.

Efraim Morais saúda 98 anos do jornal *O Norte*

O senador Efraim Morais (PFL-PB) registrou, ontem, o feito de Oscar e Orris Soares, fundadores do jornal *O Norte*, que completou 98 anos de circulação.

Ao criar o segundo jornal mais antigo do estado da Paraíba, os irmãos Soares, tios-avós do apresentador Jô Soares, levaram à região, conforme Efraim, uma “nova era”.

– Há quase um século, *O Norte* leva notícias ao leitor, registrando os fatos que marcaram a história da Paraíba, do Brasil e do mundo. Dos irmãos Soares, passando por Assis Chateaubriand até os dias

de hoje, já se vão 98 anos de jornalismo com ética e compromisso com a verdade. É isso que faz a diferença e faz de *O Norte* um jornal de fato – comemorou Efraim.



Fotos: Rosevelt Pinheiro
Gilvam destaca redução no tempo de viagem entre Belém e Macapá

Gilvam Borges anuncia recursos para hidrovía

Ao registrar reunião que manteve na sexta-feira com o governador do Pará, Simão Jatene, para discutir a retomada do projeto da hidrovía do Marajó, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) informou que recursos para a realização da obra foram alocados no Orçamento da União deste ano, aprovado pelo Congresso. Ele acrescentou que falta apenas o presidente Lula sancionar o Orçamento.

Segundo o senador, a hidrovía do Marajó consiste na implantação de via navegável ligando a baía do Marajó ao braço sul do rio Amazonas. O projeto prevê a interligação, por um canal de 32 quilômetros, dos rios Atua e Anajás. A obra, explicou Gilvam Borges, permitirá uma ligação fluvial direta entre Belém e Macapá, encurtando o tempo de viagem entre as duas capitais em 23 horas.

– Essa é uma obra estratégica não apenas para o Amapá, mas para toda a região – ressaltou.

Após crise com a Bolívia, o Brasil deve manter o projeto de construir gasoduto que liga Venezuela à Argentina? Dois senadores apresentam alternativas internas que consideram mais seguras

Heráclito defende investimento em exploração de gás natural no Brasil

Ao relatar visita ao Espírito Santo, no último fim de semana, em companhia do ex-governador de São Paulo e candidato à Presidência da República, Geraldo Alckmin, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) declarou que o estado possui grande capacidade para produzir gás natural, conforme avaliação de técnicos do setor. Para ele, o governo deveria investir na produção de gás em solo nacional, a exemplo do que já ocorre em Santa



Heráclito critica dependência brasileira de países instáveis

Catarina.

O senador manifestou preocupação com o propósito do presidente Lula de construir o gasoduto ligando a Venezuela à Argentina, cortando o país. Na avaliação de Heráclito, Lula estaria incorrendo em um segundo erro, similar ao que teria cometido em relação à Bolívia, uma vez que o Brasil

ficaria na dependência de outro chefe de Estado estrangeiro, quando poderia alcançar os mesmos objetivos com um

investimento seguro no país.

– Quando se iniciava o investimento na Bolívia, técnicos brasileiros alertavam para esses riscos, mas com a globalização e a estruturação da Alca, jamais passou pela cabeça de qualquer um o que acontece – disse Heráclito, que criticou ainda a tendência da política externa brasileira de depender de países instáveis politicamente.

Eleições

De acordo com o parlamentar, no encontro com lideranças empresariais do Espírito Santo, PFL, PMDB e PSDB demonstraram estar unidos para atingir o objetivo comum de levar Geraldo Alckmin à Presidência da República.



Mozarildo denuncia inclusão de Boa Vista na rota internacional

Mozarildo alerta para tráfico de diamantes

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário, ontem, matéria publicada pelo jornal *O Globo* que denuncia a inclusão de Boa Vista, capital de Roraima, na rota do tráfico internacional de diamantes. Ele associou o fato à demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, situada em uma região rica em diamantes na fronteira com a Guiana e a Venezuela, países que, junto com o Brasil, integrariam a tríplice fronteira do tráfico de diamantes na América Latina.

Segundo observou, a demarcação da reserva pelo governo levou ao esvaziamento da área, o que teria tornado a fronteira “mais porosa” e facilitado a ação dos traficantes. Mozarildo ainda protestou contra a extinção de quatro vilas e a retirada de proprietários rurais da região, que ficaria ao lado da bolsa oficial de diamantes. Ele cobrou o acompanhamento do caso pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal e Receita Federal.

José Jorge quer ativar terminal de gás natural em Suape

O senador José Jorge (PFL-PE) enfatizou, ontem, a necessidade de o governo federal investir no terminal de regaseificação para o armazenamento de gás natural liquefeito (GNL) na área do Porto de Suape (PE).

O objetivo, afirmou, seria suprir o Nordeste a partir da interconexão com o Sudeste, por meio do Gasoduto Gasene (gasoduto Norte-Sul), que escoará o gás natural das bacias de Campos e de Santos para o Nordeste. A iniciativa seria operacionalizada por *joint-venture* formada entre a Petrobras e uma empresa internacional.

Segundo o senador, a incapacidade do governo Lula em “lidar com o imbróglio envolvendo o forneci-

mento de gás da Bolívia veio demonstrar a importância da busca de alternativas para o suprimento de energéticos, em especial gás natural, produto que tem experimentado crescimento substancial na matriz energética brasileira.

José Jorge, que já foi ministro das Minas e Energia, explicou que, para viabilizar soluções para o setor, seriam necessárias algumas iniciativas de estímulo à produção de gás no país. Entre elas, o senador



José Jorge: governo despreza a Agência Nacional do Petróleo

ressaltou o fortalecimento das instituições regulatórias, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que, frisou, “está desprezada pelo governo”.

Ele alertou para o possível risco de desabastecimento de gás no Nordeste.

– Temos que continuar discutindo o assunto a cada susto, como o atual episódio da Bolívia. É preciso adotar medidas complementares antes que seja tarde demais – concluiu.



Sistema público de saúde passará a ter uma visão integral, diz Viana

Tião Viana comemora ampliação de práticas médicas no SUS

A edição de portaria pelo Ministério da Saúde, semana passada, estabelecendo a Política Nacional de Práticas Integradas e Complementares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) foi elogiada ontem pelo senador Tião Viana (PT-AC). Segundo explicou, a medida vai viabilizar a integração

entre a medicina tradicional e outras práticas milenares na área de saúde, como acupuntura, homeopatia e fitoterapia.

Tião Viana afirmou ser esta uma reivindicação antiga do movimento sanitário brasileiro, sintonizada com diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e dispo-

sitivos da Constituição federal e da Lei 8.080/90, que instituiu o SUS. Para o senador, essa nova sistemática representa uma visão mais ampla e adequada no tratamento dos pacientes, que, tradicionalmente, costuma estar focado no sintoma das doenças.

– O sistema público de saúde

passará a ter uma visão integral.

De acordo com Viana, o ponto crucial do sistema, hoje, é seu financiamento. Conforme comentou, a União aplica anualmente R\$ 191 *per capita* em saúde. O senador diz que o governo Lula tem avançado no financiamento do setor, mas sustenta que ainda é pouco.

Senadora sugere que comissão ouça os agricultores antes da manifestação da categoria em Brasília, no dia 16

Lúcia Vânia propõe audiência da CRA com produtores rurais

Lúcia Vânia (PSDB-GO) pretende que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) promova audiência pública com os produtores rurais, preliminar a uma grande manifestação da categoria marcada para o próximo dia 16, em Brasília.

A parlamentar fez um apelo nesse sentido ao presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), e lembrou que há um ano e dois meses os agricultores de Goiás realizaram a terceira e maior mobilização do setor contra a política agrícola do governo federal.

– No dia 16 a manifestação deverá ser ainda maior que aquela, porque o governo não atendeu a nenhuma de suas reivindicações – enfatizou a parlamentar, recordando que, na mobilização de seu estado, mais de 3 mil manifestantes receberam o apoio dos governadores Marconi Perillo (GO), Germano Rigotto (RS) e Marcelo Miranda (TO) e dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Leonel Pavan (PSDB-SC) e do próprio Sérgio Guerra.

Lúcia Vânia lembrou ainda que, ao final do encontro de 2005, foi divulgada a “Carta do Centro-Oeste”, encaminhada ao

presidente da República com as reivindicações do setor.

– Passados 14 meses, o governo continua a se mostrar insensível aos apelos dos produtores. Lula fez foi rasgar o documento a ele encaminhado – protestou a senadora, alertando para os protestos dos produtores rurais nas rodovias GO-206, que dá acesso a Itumbiara e à GO-319, e GO-164.

Segundo Lúcia Vânia, os caminhões carregados de grãos não conseguem passar pelo local.

– A crise começa a afetar toda a economia local e já provocou mais de 2 mil demissões na região – afirmou a senadora.



Lúcia Vânia está preocupada com situação dos agricultores de Goiás

Arthur Virgílio homenageia contabilistas do Amazonas

Arthur Virgílio (PSDB-AM) homenageou ontem os contabilistas do Amazonas pelo Dia do Contabilista, celebrado no último dia 25. O senador destacou que o Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas promoveu, entre 25 e 28 de abril, seminário no qual um dos temas discutidos foi a importância da contabilidade ambiental para o desenvolvimento sustentável.

O parlamentar ressaltou que a vinculação entre contabilidade e meio ambiente é fundamental para o “correto aproveitamento da biodiversidade da floresta amazônica”. A contabilidade ambiental envolve, entre outros itens, o registro do patrimônio ambiental das entidades anali-

sadas.

– Nossa biodiversidade ainda não é conhecida em toda a sua dimensão. O Brasil tem de conhecer a Amazônia com urgência e com a exatidão a que estão habituados os contabilistas quando lidam com números, contas, cifras e percentuais – ressaltou.

Virgílio afirmou ainda que o Amazonas é objeto da cobiça internacional. Ele voltou a lançar suspeitas sobre o empresário sueco Johan Eliasch, que teria comprado uma área de cerca de 160 mil hectares no estado.

– Já não tentaram patentear no exterior até o nome da fruta cupuaçu, em uma clara tentativa de oficializar a biopirataria? – questionou.



Para Arnaldo Niskier (C), é preciso pensar uma maneira de colocar os brasileiros semi-alfabetizados no mercado leitor do país

Conselho quer pacto social pela educação no Brasil

O Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional, quer discutir com representantes de vários segmentos da sociedade a construção de um “pacto social” com o objetivo de contribuir para a redução gradativa dos índices negativos da formação educacional no Brasil. A proposta foi feita ontem pelo conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, ao apresentar e aprovar relatório pela continuidade dos estudos a respeito da viabilidade da implantação de legenda em programas infantis.

A sugestão para a discussão do tema partiu de Pedro Simon (PMDB-RS), que solicitou ao CCS um parecer sobre a questão. Geraldo Pereira, representante dos profissionais de cinema e vídeo, consultou alguns especialistas do setor, mas afirmou que assunto dessa importância tem de ser discutido com todos os segmentos envolvidos. Ele sugeriu o aprofundamento da questão com representantes dos ministérios

da Educação, da Cultura e das Comunicações, além de integrantes de organizações sociais, empresários do setor, educadores, produtores de conteúdo e técnicos especializados.

– É fundamental e decisiva a participação de representantes desses setores na busca da construção de uma espécie de pacto social que ultrapasse os limites e conflitos da obrigatoriedade legal. Tal compromisso social teria o objetivo de contribuir especificamente, como em outras nações, para a redução gradativa dos índices negativos do conjunto da formação educacional no Brasil – afirmou Geraldo Pereira.

Legendas

Em seu relatório, o conselheiro disse que esse trabalho traz embutido um desafio, que seria o da utilização da legenda em programas infantis como instrumento complementar na formação educacional, com ênfase no aprimoramento da prática da leitura. Ele lembrou que o

assunto envolve ainda a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva. Pereira citou exemplos de países como Canadá e Índia, que já adotam as legendas, e experiências de sucesso da TVE e do Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro.

Para o presidente do CCS, Arnaldo Niskier, é preciso definir a faixa etária que se pretende atingir com a legenda, e lembrou que o Brasil possui 60 milhões de pessoas semi-alfabetizadas que também poderiam ser beneficiadas com a proposta.

– Temos que pensar de que forma podemos colocar essa gente no mercado leitor do Brasil – afirmou Niskier.

Os conselheiros concluíram que, inicialmente, as legendas só seriam possíveis em programas gravados. Também manifestaram preocupação com a qualidade das traduções nos filmes legendados hoje exibidos nos cinemas e com a proliferação de linguagem abreviada na internet.

Discussão de marco regulatório aberta à sociedade

em razão da convergência tecnológica.

– O conceito do que seria comunicação social, radiodifusão e telecomunicações é uma enorme discussão e temos recebido uma série de manifestações e estudos. Gostaria de tornar isso público. Estamos coletando essas contribuições que já foram apresentadas por diversos órgãos e outras ainda estão chegando para começarmos a produzir uma minuta a ser discutida – explicou Tonet.

A reunião do conselho, no dia 5 de junho, será para debater o encaminhamento dos trabalhos da comissão, quando falará o seu coordenador, Roberto Wagner, que não pôde comparecer à reu-

nião de ontem.

Lançamento

O presidente do CCS, Arnaldo Niskier, anunciou, durante a reunião, o lançamento de um livro com os frutos dos trabalhos do conselho.

A publicação está sendo finalizada e vai abordar as reuniões de 2005 até abril deste ano.

– O livro tem uma qualidade de conteúdo de que todos nos orgulharemos. Alguns pareceres são épicos, orgulhei-me muito na seleção final, vai ser um marco para nós – opinou Niskier.

O lançamento está agendado para o dia 3 de julho, a partir das 15h, no Salão Negro do Congresso Nacional.